

Empresas querem ação rápida de nova equipe

» ROSANA HESSEL

A confiança do empresário brasileiro nunca esteve tão baixa. A razão é uma só: as escolhas erradas feitas por Dilma Rousseff desde que ela tomou posse, em janeiro de 2011. Em vez de criar condições para que os investimentos produtivos deslanchassem, a presidente optou por extravagâncias que resultaram em inflação alta e crescimento píffio. Para completar, interveio no setor elétrico e tirou qualquer previsibilidade sobre o preço da energia, um dos principais itens na planilha de custos da indústria. O resultado foi uma queda brutal no volume de desembolsos para a ampliação e a abertura de fábricas. Sem esses investimentos, não há como o Brasil voltar a crescer.

Diante desse quadro, a nova equipe econômica formada pelo triunvirato Joaquim Levy (Fazenda), Nelson Barbosa (Planejamento) e Alexandre Tombini (Banco Central) terá que transpor uma barreira enorme até que a credibilidade do governo seja resgatada. O Palácio do Planalto acredita que, ao optar por economistas com visões bem diferentes das que prevaleceram nos últimos quatro anos, tende a diminuir a resistência dos empresários em relação a Dilma. Durante a campanha eleitoral ficou claro que, para a maioria dos donos do dinheiro, mais um mandato da petista seria péssimo para o país.

Tanto Levy quanto Barbosa já sinalizaram ao empresário que podem baixar a guarda e retirar os projetos de expansão dos negócios das gavetas. Além de um combate mais duro à inflação, prometem reduzir o intervencionismo do Estado na economia e arrumar as contas públicas. Pode ser apenas um discurso de quem sabe o tamanho do campo minado que tem pela frente. Mas não há outra saída. A única forma de o ritmo da atividade destravar é fazer com que as empresas voltem a acreditar no governo.

À espera do IBGE

Somente no segundo trimestre, os investimentos encolheram 6,8%. E nada garante que voltaram a crescer entre julho e setembro. Não com a força de que a economia precisa. Na próxima sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará os resultados do terceiro trimestre. Os analistas mais otimistas preveem avanço de 0,8% ante o desempenho de abril a junho. Com isso, a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ficará na casa dos 16%, o segundo menor nível entre as economias que integram do G20, grupo que reúne os 19 países mais ricos e a União Europeia. Só ficará à frente do Reino Unido, com 15,5%.

Na opinião do economista-chefe da MB Associados, Sergio

Vale, ainda levará tempo para que os investimentos recuperem o fôlego. Ele prevê que, de julho a setembro, a aplicação de recursos no parque produtivo tenha diminuído 9,9% em relação ao mesmo período de 2013. “A economia continua fraca. Estamos prevendo queda de 0,5% no PIB na comparação com o terceiro trimestre do ano passado e retração de 0,1% ante o segundo trimestre de 2014”, afirma. Ele admite, porém, que poderá haver surpresas nos números a serem divulgados na sexta-feira. “O IBGE deve fazer uma revisão dos dados trimestrais passados de uma forma mais completa e com nova metodologia”, explica.

Para a economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, mesmo que os investimentos aumentem no terceiro trimestre, será mais por causa da minguada base de comparação. “A queda foi muito forte no segundo trimestre” diz. “Esse quadro decorre da política macroeconômica equivocada, que gerou instabilidade por causa da inflação alta e do rombo nas contas externas, entre os maiores do mundo”, acrescenta.

A frustração é geral. Com o empresário segurando os projetos de expansão de seus negócios, levará tempo para que o Brasil atinja a taxa necessária de investimentos, de 25% do PIB, para que a economia cresça sem pressões inflacionárias. Pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), nem ao fim do segundo mandato de Dilma o indicador chegará a tal patamar. No máximo, atingirá 18%. Por isso, os especialistas afirmam que o novo trio que comandará a economia a partir de 2015 terá que fazer milagres para reverter tanto pessimismo.

O FMI ressalta ainda que, além de não ter cumprido a promessa de fechar seu primeiro mandato com taxa de investimentos de 24% do PIB, Dilma entregará para ela um número menor do que recebeu de Lula: 20,3%. Quer dizer: em vez de melhorar, a petista piorou um indicador preponderante para elevar a capacidade de crescimento do país. Tudo porque acreditou que, ao adotar uma nova matriz econômica, em que um pouco mais de inflação não faz mal a ninguém, faria uma revolução no Brasil. Se fez, foi para pior.

“A taxa de investimento realmente está muito baixa. Temos que chegar a algo entre 22% e 24% do PIB para termos um crescimento sustentável, na casa de 5% ao ano. Mas, para ter investimento, é preciso ter possibilidade de desenvolver negócio. E, para isso, é preciso ter mercado”, destaca o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade. “Claro que não dá para mudar tudo de uma vez, mas é preciso começar”, diz ele, à espera de que Levy, Barbosa e Tombini farão.



Retrocesso

As taxas de investimento e de poupança em relação ao PIB são dois importantes indicadores do crescimento de uma economia. No Brasil, tiveram quedas consecutivas nos últimos anos e estão voltando aos patamares do ano 2000

De volta ao passado

Valores no 3º trimestre (em % do PIB)

Ano	Taxa de investimento	Taxa de poupança
2000	16,2	14,4
2001	17,1	15,1
2002	16,6	17,2
2003	15,2	18,2
2004	16,9	20,0
2005	16,4	19,0
2006	16,8	20,0
2007	18,3	19,8
2008	20,6	20,7
2009	19,2	17,1
2010	20,5	19,6
2011	20,0	18,8
2012	18,7	15,3
2013	19,1	15,0
2014*	16,5	14,1

*valores no segundo trimestre

Entre os últimos

A taxa de investimento e de poupança do Brasil estão abaixo da média mundial e até da média da África Subsaariana (em % do PIB — projeção para 2014)

País	Taxa de investimento	Taxa de poupança
China	47,7	49,5
Indonésia	33,4	30,2
Índia	32,2	30,1
Arábia Saudita	30,7	45,8
Coreia do Sul	28,9	34,7
Peru	27,8	22,5
Austrália	26,9	23,3
Canadá	23,8	21,2
Uruguai	23,1	16,5
Chile	22,2	20,4
França	22,1	20,7
México	21,8	19,8
Rússia	20,4	23,2
Turquia	19,9	14,0
Estados Unidos	19,7	17,3
África do Sul	19,3	13,6
Argentina	17,9	17,1
Alemanha	17,7	23,9
Itália	17,4	18,6
Brasil	17,0	13,5
Paraguai	15,7	16,7
Reino Unido	15,5	10,8

Previsão por região (em % do PIB)

Região	Taxa de investimento	Taxa de poupança
Mundo	24,8	26,1
Economias desenvolvidas	20,3	20,6
Zona do Euro	17,9	21,6
América Latina	20,0	17,3
África Subsaariana	19,8	17,2

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Poupança é escassa

O baixo nível de investimento do Brasil está diretamente relacionado à sua dificuldade de poupar. A começar pelo governo. Desde 2011, o primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff, o rombo nas finanças públicas dobrou. Passou de 2,5% para 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Por causa disso, aponta o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país registra a menor taxa de poupança entre as nações que integram o G20: 13,6% do PIB. A da China é de 49,5%.

Esse número tão ruim reflete o esgotamento do modelo de crescimento adotado pelo governo baseado no consumo e o fim do boom das commodities (mercadorias com cotação internacional). Não é só: a inflação persistentemente no teto da meta, de 6,5%, reduziu o poder de compra da população, que, para piorar, está superendividada. A equação, dizem os especialistas, é simples: se governo e população não poupam e são devedores, não há como ter recursos suficientes para bancar os investimentos que o Brasil precisa para crescer sem traumas.

“O país precisa rever sua política econômica urgentemente. O modelo baseado no consumo, que teve seu valor e permitiu um avanço de 7,5% no PIB em 2010, acabou”, diz o economista João Augusto de Castro Neves, diretor para a América Latina do Eurasia Group. A mudança, destaca ele, tem de ser rápida, porque todos os indicadores estão piorando — e não é por causa da crise internacional. “A falta de investimento no país é reflexo da mão pesada do Estado na economia”, pontua.

Frustração

O economista ressalta, porém, que problemas clássicos do Custo Brasil não podem ser esquecidos, mas também devem ser atribuídos ao governo, que pouco tem feito para melhorar a infraestrutura e reduzir os entraves para se fazer negócios no país. “A burocracia, a carga tributária elevada e os juros mais altos do mundo afugentam muitos investidores”, afirma.

Para Vinicius Botelho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), se não quiser condenar o Brasil a mais quatro anos de baixo crescimento, a futura equipe econômica, comandada por Joaquim Levy à frente do Ministério da Fazenda, terá que reverter rapidamente as incertezas na economia.

No entender dele, sem confiança, sem previsibilidade e sem arrumação das contas públicas para que o governo possa poupar, a frustração tenderá a prevalecer. O avanço médio do PIB no primeiro mandato de Dilma será de apenas 1,6% ao ano, o pior resultado deste a era Collor, interrompida por sérias denúncias de corrupção. (RH)

